

**AO JUÍZO DE DIREITO DO JUIZADO DE VIOLÊNCIA  
DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DA  
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXX**

Processo nº. XXXXXX

**FULANO DE TAL**, devidamente qualificado nos autos em epígrafe, vem, por intermédio da DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL (LC nº 80/94, arts. 4º, incisos I e V, e 89, inciso XI), apresentar

**CONTRARRAZÕES DE APELAÇÃO**

ao recurso interposto pelo Ministério Público, pugnando pelo seu recebimento, processamento e posterior remessa dos autos à superior instância.

XXXXXX/XX, XX de XXXXX de XXXX.

**FULANO DE TAL**  
**DEFENSOR PÚBLICO**

# EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

## COLEDA TURMA

### Eminentes Desembargadores Julgadores

### Ilustre Membro do Ministério Público

Processo nº. XXXXXXXX

A DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL vem, na defesa de **FULANO DE TAL**, apresentar **CONTRARRAZÕES** ao recurso de apelação interposto pela Acusação às fls. 257/261, fazendo-o nos seguintes termos:

## I - DOS FATOS

O recorrido foi denunciado pela suposta prática das condutas descritas no artigo 65 da Lei de Contravenções Penais (por duas vezes) e nos artigos 147 (por duas vezes) e 359, ambos do CP, todos c/c os artigos 5º e 7º da Lei nº 11.340/06.

Encerrada a instrução processual, a denúncia foi julgada **parcialmente procedente**, condenando-se o apelado como incurso nas sanções do artigo 65 da Lei de Contravenções Penais (por duas vezes), c/c os artigos 5º e 7º da Lei nº 11.340/06, à pena de 34 dias de prisão simples, em regime inicial aberto, tendo-lhe sido substituída a pena privativa de liberdade por uma restritiva de direitos (fls. 243/247).

Irresignada, a Acusação interpôs recurso de apelação, postulando a condenação do recorrido nas sanções do artigo 147 (por duas vezes), c/c os artigos 5º e 7º da Lei nº 11.340/06 (fls. 257/261).

Vieram os autos à Defensoria Pública para apresentação das contrarrazões de apelação.

## **II - DO MÉRITO: MANIFESTA ATIPICIDADE DA CONDUTA IMPUTADA COMO CRIME DE AMEAÇA.**

Diversamente do que sustentou a Acusação em seu apelo, é certo que a pretensão ministerial não se baseou em fundamentos aptos a modificar o *decisum* recorrido, senão vejamos.

Finda a instrução processual, restou demonstrado que a conduta do réu não evidencia o elemento material necessário à configuração do delito de ameaça, tipificado no artigo 147 do Código Penal.

Nesse sentido, as supostas ameaças perpetradas pelo acusado não foram capazes de produzir temor na vítima. O relato da ofendida, em Juízo, evidenciou que ela nunca se sentiu, efetivamente, intimidada. Confira-se (mídia – fl. 209):

*“Ele falava que ia colocar coisas na internet, coisas pessoais nossas, **mas eu nunca dei muito crédito.**” (01:26)*

*“Quando ele me ameaçava dizendo “eu vou te matar, eu sei onde você trabalha”, eu respondia. Eu falei: “**ah pode vir, não tô me importando com o que você tá falando não.**” (01:45).*

Sobre o crime de ameaça, preleciona Guilherme de Souza Nucci:

*“Por outro lado, **é indispensável que o ofendido efetivamente se sinta ameaçado, acreditando que algo de mal lhe pode acontecer**; por pior que seja a intimidação, **se ela não for levada a sério pelo destinatário**, de modo a abalar-lhe a tranquilidade de espírito e a sensação de segurança e liberdade, **não se pode ter por configurada a infração penal**. Afinal, o bem jurídico protegido não foi abalado. O fato de ser crime formal, necessitando somente de a ameaça ser proferida, chegando ao conhecimento da vítima para se concretizar, **não afasta a imprescindibilidade do destinatário sentir-se, realmente, temeroso.**”*  
(Nucci, Guilherme de Souza, Código penal comentado, 11. ed. rev., atual e ampl.- São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2012; pag. 730).

Dessa forma, muito embora existam elementos nos autos que indiquem que o denunciado teria enviado mensagens ao celular da vítima, percebe-se, pelo teor das declarações prestadas em Juízo, que a vítima não se sentiu ameaçada.

Em outras palavras, **é inegável que o bem jurídico tutelado pela norma restou inabalado.**

Ademais, percebe-se que as supostas ameaças proferidas pelo acusado cessaram sem qualquer resultado desastroso. O denunciado não causou qualquer mal à vítima.

No tocante às ameaças consistentes em expor intimidades da vítima na internet, verifica-se que estas jamais seriam capazes de se concretizar, vez que a própria vítima esclareceu os fatos da seguinte forma:

***“Eu não tinha segredo, ele falava que ia me expor na internet se eu não voltasse, mas ele não tinha nada. Se fosse questão assim: “tem fotos íntimas?” Não tem, eu nunca permiti esse tipo de acesso, esse tipo de foto.” (03:58)***

Nesse sentido, irretocável a sentença recorrida ao elucidar que, em relação ao crime previsto no art. 147 do CP:

*“Certo, ainda, que, para a sua configuração, necessário que os dizeres ou gestos proferidos tenham o condão de abalar a paz de espírito da pretensa vítima, **sendo necessário que seu destinatário se sinta efetivamente temeroso.** (...) Ora, é cediço que o delito de ameaça não prescinde do **potencial intimidatório**, sendo necessário que a promessa de mal injusto seja, ao menos, **capaz de incutir efetivo temor em seu destinatário**” (fl. 244-v; g.n.).*

Na hipótese dos autos, nota-se que não se encontram presentes os elementos material e subjetivo intrínsecos ao tipo penal em questão, estando ausentes a efetividade da ameaça no espírito da vítima e o ânimo do agente de assim proceder.

A esse respeito, confira-se o entendimento desse E. TJDFT:

*PENAL E PROCESSUAL PENAL.  
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. AMEAÇA.  
MATERIALIDADE E AUTORIA. PROVAS  
INSUFICIENTES. ABSOLVIÇÃO  
MANTIDA.*

***1. Mantém-se a sentença que absolveu o réu do crime de ameaça, quando o acervo probatório não foi capaz de demonstrar cabalmente que a conduta perpetrada pelo agente tenha sido revestida da real intenção em causar mal injusto e grave à vítima, ou de que esta se sentiu intimidada ou atemorizada com a promessa.***

*2. Recurso conhecido e não provido.  
(Acórdão n.1066437,  
20160110030848APR, Relator: JESUINO  
RISSATO 3ª TURMA CRIMINAL, Data de  
Julgamento: 07/12/2017, Publicado no DJE:  
15/12/2017. Pág.: 146/150)*

Por tais fundamentos, encontra-se comprovada a atipicidade da conduta imputada na denúncia, o que atrai, sem dúvida, a absolvição do acusado e a rejeição da pretensão punitiva estatal, fazendo por merecer, conforme já consignado na sentença recorrida, a absolvição do apelado, nos moldes do art. 386, III, do CPP.

### **III - DOS PEDIDOS**

Ante o exposto, a Defensoria Pública pugna pelo conhecimento das presentes contrarrazões recursais e pelo desprovimento da apelação interposta pela Acusação, mantendo-se incólume a r. sentença recorrida, por seus próprios e suficientes fundamentos.

Nesses termos, pede deferimento.

XXXXXX/XX, XX de XXXXX de XXXX.

FULANO DE TAL  
**FULANO DE TAL**  
**DEFENSOR PÚBLICO**